



## SESSÃO TEMÁTICA Nº 03 - AÇÃO PÚBLICA EM CONSTRUÇÃO: PROCESSOS E NOVOS APORTES

### **Bancos Comunitários de Desenvolvimento e governança territorial: os limites impostos pela participação**

**Priscila Martins Palacci dos Santos/UFRGS  
Pedro de Almeida Costa/UFRGS**

#### *Resumo*

As brutais desigualdades da sociedade brasileira não têm encontrado no Estado, ao menos de modo perene, um articulador capaz de fazer o seu enfrentamento de modo consistente. Os movimentos da sociedade civil, alternativamente, constroem estratégias para dar conta de suas demandas por fora do Estado e, por vezes, apesar dele. A economia solidária, como é conhecida no Brasil, é um desses movimentos, que ganha força pela auto-organização de trabalhadores no final dos anos 1980, em um dos graves momentos das cíclicas crises econômicas de um capitalismo periférico e dependente, com um aparelho estatal burocratizado, uma constituição herdada do regime militar precedente, e, por outro lado, com uma sociedade civil muito ativa, que se organizava desde lutas históricas de resistência no campo e nas cidades, em frentes econômicas, civis e políticas. O presente artigo apresenta resultado de pesquisa teórico-empírica que avaliou a capacidade de um Banco Comunitário de Desenvolvimento ajudar no desenvolvimento de mecanismos inovadores e eficazes de governança territorial. Para isso foi organizado estudo de caso com caráter exploratório e de natureza qualitativa que, a partir de observação participante, dados secundários e entrevistas, identificou baixos níveis de engajamento e participação da comunidade, a despeito de um bom desenvolvimento de volume de operações de crédito e de aceitação da moeda social numa comunidade periférica da cidade de Porto Alegre-RS.

**Palavras-chave:** Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Economia Solidária. Engajamento. Governança territorial

## *Introdução*

As brutais desigualdades da sociedade brasileira não têm encontrado do Estado, ao menos de modo perene, um articulador capaz de fazer o seu enfrentamento de modo consistente. Prova disso é o crescimento da insegurança alimentar durante a Pandemia, que recolocou o Brasil no mapa da fome mundial e jogou mais da metade da população nessa condição, conforme pesquisa recentemente divulgada.

Há momentos da nossa história republicana de avanços tímidos nos direitos sociais, mas sob tutela autoritária (CARVALHO, 2002) ou sob governos mais ou menos progressistas que, contudo, não avançam nas reformas institucionais que seriam necessárias para desmontar a estrutura e a dinâmica de perpetuação dessas desigualdades (SOUZA, 2006). Mesmo esses movimentos débeis podem ser interrompidos por golpes autoritários das elites - como em 1964 - como podem ser brandos por opção, conduzidos sob processo de conciliação de classes (OLIVEIRA, BRAGA e RIZEK, 2010). Em outros momentos, como o presente, de exacerbação do (neo) liberalismo, assiste-se à supressão de direitos conquistados com muitas lutas, e ao próprio desmonte do que de minimamente digno existia em termos de garantias de direitos, e do próprio Estado enquanto instituição, denunciado como vilão que impediria o poderoso livre-mercado de trazer a paz e júbilo universal. Em síntese, como sentenciou Karl Marx no século XIX, o Estado é o balcão de negócios da burguesia. Ainda que se possa imaginar - e fazer uma disputa desse estado pela luta político-institucional ou político-partidária, na ambição de efetivamente transformá-lo em outra coisa, a serviço da construção de justiça social, os movimentos da sociedade civil podem construir, e, de fato, constroem, estratégias para dar conta de suas demandas por fora do Estado e, por vezes, apesar dele.

A economia solidária, como é conhecida no Brasil, é um desses movimentos, que ganha força pela auto-organização de trabalhadores no final dos anos 1980, em um dos graves momentos das cíclicas crises econômicas de um capitalismo periférico e dependente, com um aparelho estatal burocratizado, uma constituição herdada do regime militar precedente, e, por outro lado, com uma sociedade civil muito ativa, que se organizava desde lutas históricas de resistência no campo e nas cidades, em frentes econômicas, civis e políticas. Esse virtuosismo até então represado foi posto a serviço de um projeto político e econômico democratizante em muitas lutas sociais, e também animou o projeto da economia solidária, como lembra Singer.

A construção de diferentes formatos associativos como meio de enfrentamento coletivo dos problemas sociais e ambientais tem sido uma das alternativas encontradas pelos trabalhadores e produtores autônomos e familiares, nas áreas urbanas e rurais, para viabilizar atividades de produção, de prestação de serviços, de crédito, de comercialização e de consumo, já que nem o Estado nem as empresas oferecem soluções a essas necessidades, pelo menos no médio prazo. (OLIVEIRA; SILVA, 2012, p. 278).

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) e as experiências com moedas sociais aparecem na esteira desse movimento, fazendo parte de um grande campo das finanças sociais - formadas por cooperativas de crédito, fundos rotativos, fundos públicos garantidos em políticas públicas e outras experiências semelhantes - que visavam suportar os empreendimentos e redes de economia solidária que haviam se formado no mesmo período. Podemos tomar essas condições do movimento como características de inovação social propostas e construídas por segmentos da sociedade que, ainda que passasse, em algum momento, a demandar políticas públicas, seguia como ação autônoma (não autóctone) fortemente ancorada nos seus territórios de origem, e em diálogo com atores e instituições locais.

Há, portanto, forte potencial de produção de formas inovadoras e alternativas de governança territorial a partir das experiências dos BCD, cuja realização parece passar, em boa parte, pela capacidade de articulação dessa diversidade de atores em coletivos e novas institucionalidades horizontais e democráticas, representativas da diversidade que marca os territórios e comunidades vulneráveis onde frutificam tais experiências.

O Objetivo do presente texto é apresentar resultados de uma pesquisa participante que procurou avaliar a relação entre a composição e ação do grupo mobilizador, que traz a ideia de criação de um Banco Comunitário numa vila periférica de Porto Alegre, e os resultados desse BCD em termos de participação e engajamento.

Para alcançar esse objetivo, foi feita pesquisa exploratória de caráter qualitativo durante cerca de um ano e meio, baseada em 32 entrevistas, pesquisa documental e observação participante, a fim de compreender as dinâmicas locais de mobilização e encontrar explicações e possíveis soluções para reverter a baixa participação até então verificada.

Para apresentar e discutir os resultados da pesquisa serão apresentados, além de breve histórico da comunidade, a presença da economia solidária nesse território e a trajetória do próprio BCD e os dados sobre a sua performance em termos de movimentação econômica e de circulação de moeda social na comunidade. Tais dados nos parecem ilustrativos, como um proxy para avaliar a relação do BCD com a comunidade, ao mesmo tempo que são importantes para a compreensão do impacto e da relevância da sua presença naquele local.

Os principais resultados obtidos mostram, por um lado, avanços na aceitação da moeda social em vários empreendimentos comerciais da vila e um número crescente de empréstimos, nas diferentes modalidades oferecidas pelo Banco. De outro lado, a circulação da moeda não está acontecendo, pois depois de recebida nos mercados é convertida em moeda corrente no Banco, e um índice alarmante de inadimplência, que levou ao fechamento temporário de novas concessões até que seja estabilizada.

Quanto à participação e engajamento da comunidade no projeto do Banco, e nas ações por ele desenvolvidas, as conclusões apontaram níveis bastante aquém dos esperados, a partir do histórico de outros bancos comunitários no Brasil. Foram, ainda, identificadas cinco causas principais às quais pode ser atribuído o baixo engajamento: processos de comunicação; liderança do projeto; motivações da comunidade; relações interpessoais e aspectos administrativos. Importante salientar que o foco da pesquisa correspondeu à análise do período após o fechamento de uma parceria internacional que proporcionou um significativo aporte financeiro para o banco, o que permitiu emissão da moeda local e a oferta consistente de microcrédito.

A partir do estudo de caso, o forte potencial de produção de formas inovadoras e alternativas de governança territorial que se identifica nas experiências dos BCD restou não desenvolvido, ou, ao menos, não totalmente. Ou não, até o momento! Apesar de várias iniciativas e de avanços importantes para a comunidade, o baixo engajamento e participação da comunidade frustram boa parte desse potencial.

O artigo está organizado, além desta introdução, em uma seção dedicada à revisão teórica sobre economia solidária, bancos comunitários de desenvolvimento e da noção de engajamento, que foi utilizada para entender a participação da comunidade no projeto. A seguir, detalha-se em seções separadas o método de pesquisa empregado e a discussão dos resultados da pesquisa, que envolvem breve apresentação da comunidade, o banco (seu contexto e ações) e, especialmente, as

dinâmicas de participação. As considerações finais terminam o trabalho apresentando um balanço dos resultados e propostas de continuidades de investigação para a temática.

### *Economia solidária*

A economia solidária é o projeto que, em inúmeros países há dois séculos, trabalhadores vêm ensaiando na prática e pensadores socialistas vêm estudando, sistematizando e propagando. Os resultados históricos deste projeto em construção podem ser sistematizados do seguinte modo: 1) homens e mulheres vitimados pelo capital organizam-se como produtores associados tendo em vista não só ganhar a vida, mas reintegrar-se à divisão do trabalho em condições de competir com as empresas capitalistas; 2) pequenos produtores de mercadorias, do campo e da cidade, se associam para comprar e vender em conjunto, visando economias de escala e passam eventualmente a criar empresas de produção socializada, de propriedade deles; 3) assalariados se associam para adquirir em conjunto bens e serviços de consumo, visando ganhos de escala e melhor qualidade de vida; 4) pequenos produtores e assalariados se associam para reunir suas poupanças em fundos rotativos que lhes permitem obter empréstimos a juros baixos e eventualmente financiar empreendimentos solidários; 5) os mesmos criam também associações mútuas de seguros, cooperativas de habitação etc. (SINGER, 2000b, p. 14).

O conceito de economia solidária tem sua origem na Europa a partir de experiências associativistas na primeira metade do século XIX, mas o Brasil foi pioneiro na instauração de políticas públicas de âmbito nacional para estimular esta prática com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em 2003, durante o governo Lula, comandada por Paul Singer durante treze anos e, inicialmente, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego. As iniciativas de apoio à economia solidária se apresentam desde os anos 1980, e as primeiras experiências de ações governamentais foram dadas pelos municípios de Porto Alegre – RS, Belém – PA, Santo André – SP e, posteriormente, Recife – PE e São Paulo – SP, sendo o Governo do estado do Rio Grande do Sul o pioneiro, em duas gestões consecutivas nos anos 1990, na implementação de políticas estaduais. As políticas públicas voltadas para esta área passaram a ser articuladas recentemente, a partir do Fórum Social Mundial no final da década de 90, mas ainda assim estavam apresentando progressos importantes e em 2003 já eram 1,4 milhão de brasileiros envolvidos com atividades da economia solidária.

Segundo Zouain e Barone (2007) o governo vinha assumindo diretamente o papel de formulador e indutor de políticas públicas na concessão de microcréditos e inserção da população de baixa renda no sistema financeiro, com intuito de monetizar essa população e com isso fomentar a economia e criar postos de trabalho. Em 1996 com a criação do Programa de Crédito Produtivo Popular e do Programa de Desenvolvimento Institucional pelo BNDES. Entre 2003 e 2006 o objetivo do governo era “bancarizar” a população de baixa renda, ampliando a oferta de microcrédito envolvendo bancos públicos. (BARONE; SADER, 2008). Em 2005 foi criado o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado do Ministério do Trabalho e Emprego. Para Braga (2011) seu principal objetivo foi disponibilizar recurso produtivo de maneira orientada a fim de incentivar a geração de trabalho e renda entre microempreendedores dos setores populares.

Em agosto de 2011 uma revisão do PNMPO dá origem ao projeto Crescer, encarregando bancos públicos de aumentar a oferta de microcrédito a juros baixos para microempreendedores individuais e microempresas, uma das metas para 2013 era atingir uma carteira de 3,4 milhões de clientes para esses bancos (em 2011 eram 734,2 mil segundo Sebrae). No Plano Plurianual (PPA) de 2008 e 2011, o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento dessa Secretaria

definiu como um dos objetivos o “Fomento a Finanças Solidárias com Base em Bancos Comunitários e Fundos Solidários”. (SENAES/MTE,2013)

Porém as mudanças políticas decorrentes do golpe em 2016 frearam os avanços nessa área. A SENAES foi rebaixada a subsecretaria durante o governo Temer e deixou de existir, passando a ser um departamento do Ministério da Cidadania, de acordo com a MP 870/2019, publicada em 1º de janeiro daquele ano. Importante salientar que a SENAES era vinculada ao Ministério do Trabalho, também extinto durante o governo Bolsonaro. A economia solidária foi fragmentada neste processo, pois ficou associada à Secretaria de Inclusão Social e Produtiva Urbana, sendo que boa parte de seus representantes se encontram no campo. O setor rural da economia solidária agora é parte do Ministério da Agricultura, subordinado à Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo.

Observa-se, então, que as políticas públicas nesta área vieram na contramão do trabalho anterior, que fazia do Brasil referência em iniciativas políticas dentro da economia solidária. Este desequilíbrio entre os dois grandes suportes de empreendimentos solidários (o suporte do poder público e o comprometimento das pessoas diretamente envolvidas) torna essencial a compreensão das dinâmicas que geram este engajamento nos indivíduos e nas comunidades nas quais estes empreendimentos estão inseridos.

### *Engajamento*

Para este trabalho a compreensão do conceito de engajamento ficará restrita na discussão acerca do que leva um indivíduo, grupo ou comunidade a se identificar com uma causa e por ela dedicar seu tempo e esforço, pois este é o comportamento necessário para a manutenção das atividades do banco e perpetuação de seu propósito.

Partindo do conceito de “comportamento consistente” de Becker (1960, p. 33), oriundo de commitment (comprometimento), percebe-se sua aplicação prática na participação continuada em alguma organização social e/ou política. Sawicki e Siméant (2011, p.201) entendem a sociologia do engajamento militante como toda forma de participação duradoura em ação coletiva que busque a defesa ou promoção de uma causa, reforçando essa questão da consistência e comprometimento.

“As pessoas se engajam em ações coletivas porque elas compartilham certas normas e valores relacionados a áreas específicas de disputa política. Nesta perspectiva, a participação na ação coletiva é um processo de identificação” (DIANI, 2003, p. 23). E como destaca Passy (1998), o engajamento individual é a possibilidade de converter uma identificação com as causas e os objetivos de uma determinada organização, que se constrói a partir dos quadros culturais dos atores (p. 6). Recortando estes conceitos na perspectiva dos bancos comunitários de desenvolvimento:

Os BCDs, além de ampliarem o universo das microfinanças, recriam um “outro universo” ou campo, fundamentando-se em relações de proximidade, confiança e de solidariedade, no intuito de promoverem o desenvolvimento local por meio do aproveitamento das capacidades endógenas. (RIGO; FRANÇA FILHO, 2017, p. 24-25)

Essas relações de confiança e solidariedade adensam o processo de identificação e o fortalecimento do grupo gerando a sensação de pertencimento - aspecto trazido pela psicologia afirmativa como uma das quatro necessidades básicas do ser humano, juntamente com propósito,

autonomia e competência. Compreende-se o engajamento como um movimento de autonomia e de transformação social.

Como um termo popular, o engajamento tem sido usado para se referir a um estado psicológico (por exemplo, envolvimento, comprometimento, apego, humor), desempenho (por exemplo, esforço ou comportamento observável, incluindo comportamento de cidadania pró-social e organizacional [OCB]) (por exemplo, afeto positivo [PA]) ou alguma combinação dos itens acima. Por exemplo, Wellins e Concelman (2005a, p. 1) sugeriram que o engajamento é "uma fusão de compromisso, lealdade, produtividade e propriedade"(MACEY e SHNEIDER, 2008, p.5 tradução da autora)

Na mesma linha, Jaros, Jermier, Koehler e Sincich (1993) apontam que o comprometimento pode assumir três formas: a) Um vínculo psicológico afetivo através de sentimentos como, lealdade, afeição, amizade, alegria, prazer; b) Um vínculo de continuação, quando o indivíduo se sente preso a um lugar devido aos altos custos de deixar a organização; c) Um vínculo moral, como um senso de dever, uma obrigação, ou chamado, através dos objetivos, valores e da missão da organização.

#### *Bancos Comunitários de Desenvolvimento*

Um Banco Comunitário oferece serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária (Cooperação, Solidariedade, Autogestão, Democracia, Partilha). Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo. Baseia-se no apoio às iniciativas da economia popular e solidária em seus diversos âmbitos, como: de pequenos empreendimentos produtivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização e o vasto campo das pequenas economias populares. Sua gestão se dá na própria comunidade, por meio de uma entidade gestora composta por moradores da região onde atuará o Banco. (NEGA 2017)

Para França Filho e Santana (2013) os bancos comunitários de desenvolvimento são uma prática inserida nas finanças solidárias que apóiam economias populares a partir de dinâmicas associativistas locais para gerar e ampliar a renda no território. Finanças solidárias objetivam incluir indivíduos marginalizados pelo sistema financeiro tradicional, segundo para Passos (2007), através da priorização daqueles que são excluídos do sistema tradicional direciona-se para um desenvolvimento humano integrado e sustentável.

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) são um entre diversos tipos de experiências de Finanças Solidárias que apresentam potencial para dinamizar circuitos econômicos locais a partir de uma perspectiva chamada alternativa. O controverso termo "alternativo" denota, nesse contexto, um contraponto à economia capitalista hegemônica. Portanto, o potencial dos BCD repousaria na possibilidade de garantir a reprodução material de comunidades ou sociedades a partir da oferta de serviços solidários financeiros (como microcrédito e circulação de moedas locais) e não financeiros (como educação financeira e capacitação para a gestão) baseados em valores como solidariedade, reciprocidade e confiança, em oposição à lógica dominante de escassez, competição e mérito, que legitimam e sustentam as práticas e instituições da economia capitalista.

A despeito da relativa longevidade das experiências pioneiras no Brasil e de um número significativo de estudos e pesquisas que apontam avanços importantes, como a constituição de espaços públicos de proximidade e de articulação política (RIGO e CANÇADO, 2015) e o incentivo à gestão coletiva de bens comuns (LEAL e ALMEIDA, 2016), alguns limites são evidenciados. Pesquisas apontam a diminuição de circulação da moeda social (FRANÇA FILHO e RIGO, 2017); suspensão das operações de crédito por falta de fundos (MEDEIROS, 2014); desafios de confiança e de coesão social (RIGO FRANÇA FILHO e LEAL 2015A); sustentabilidade dos BCD (RIGO FRANÇA FILHO e LEAL 2015B).

Ainda com avanços e reveses, que podem ser tomados como parte das dinâmicas contraditórias de experiências anticapitalistas, os BCD seguem sendo alternativa importante de tentativas de revitalização econômica em territórios empobrecidos, e, portanto, apresentam potencial para articular atores locais em torno de propostas de desenvolvimento e para constituir mecanismos de governança adequados à sua realidade.

### *Método*

Para compreender a dinâmica do engajamento no Banco foi realizada uma pesquisa qualitativa e exploratória. As técnicas de coleta de dados utilizadas na pesquisa foram:

Observação participante subdividida em dois momentos: de maio a dezembro de 2018 enquanto a pesquisadora era bolsista de extensão da UFRGS, com carga de 20 horas semanais e, no mínimo, uma visita semanal ao banco e, posteriormente, durante o ano de 2019 como agente responsável pela captação de recursos e prestação de contas, com carga horária de 15 horas semanais, mantendo uma média mínima de uma visita por semana ao banco.

Dados secundários: pesquisa realizada pelo NEGA antes da implementação do banco - que inclui entrevistas com o grupo mobilizador e pesquisa quantitativa na comunidade, livro autobiográfico de uma das idealizadoras do banco, além de artigos e trabalhos acadêmicos sobre outros bancos comunitários no Brasil.

Entrevistas Semiestruturadas: ao longo de 2019, trinta e duas pessoas foram entrevistadas. Entre elas oito moradores da Chimarrão (região de maior vulnerabilidade econômica da comunidade), doze durante um evento da Creche Nova Geração em seus arredores e doze pessoas com envolvimento direto com o banco e a associação, incluindo participantes do grupo mobilizador que continuam atuantes hoje (três pessoas, sendo uma delas professora da UFRGS).

Deste último grupo também fazem parte as agentes do banco, que foram a maior fonte de informações deste trabalho, tendo sido entrevistadas em diversos momentos diferentes entendendo que, por estarem trabalhando diretamente na divulgação das atividades do banco, na recepção dos visitantes e no contato diário com a comunidade suas percepções possuem um valor ainda maior para este estudo além de membros antigos e novos da associação, que também foram questionados em diferentes momentos para gerar uma maior compreensão da relação com a associação e de como ela se desenvolveu.

### *Apresentação dos dados: a comunidade*

As Vilas Nossa Senhora Aparecida/situa-se numa área que em parte ainda não está regularizada, no ponto de vista fundiário, aguardando o processo de regularização de ocupações urbanas. O processo de ocupação iniciou-se em 1977 na área que anteriormente estava destinada a plantações

de arroz. Não havia nenhuma rua pavimentada e os esgotos eram a céu aberto, mas água e luz já eram fornecidas no local.

A população do Território em questão era, segundo censo realizado pelo IBGE em 2010, de 4.170 pessoas, com 40% da população sendo a mesma do período de ocupação. Em 1989 com a chegada do orçamento participativo foi conquistado o asfaltamento das ruas e saneamento básico. À exceção do beco Chimarrão que ainda possui um valão a céu aberto e não conta com asfaltamento devido a questões técnicas, já que o terreno ocupado era uma propriedade particular.

O orçamento participativo empoderou alguns moradores da comunidade, os uniu em busca de melhores condições de vida, fortaleceu laços entre vizinhos que lutavam e cresciam juntos, abrindo espaço para a construção de uma comunidade mais consciente e politizada, que se engaja em causas nas quais acredita pois percebe que suas conquistas são mais efetivas quando buscadas de forma coletiva, o que remete aos estudos de Bordenave (1992), Passy (1998) e Diani (2003) no que se refere a identificação e mobilização em prol de objetivos em comum. E a Sawicki e Siméant (2011) quanto a perpetuidade ou ampliação de duração desta mobilização, além de ser uma das fontes para uma pergunta crucial repetida em inúmeras reuniões do banco “o que move esta comunidade?”.

Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, os dados da comunidade apontam uma condição comparativa muito ruim na relação com os índices registrados nas demais unidades territoriais de Porto Alegre. A Vila não dispõe de unidades da rede escolar de ensino fundamental ou médio em seu território. Existe apenas a Escola de Educação Infantil Nova Geração, que é gerida por uma cooperativa de mulheres, um dos empreendimentos moldados pela economia solidária da região.

### *Empreendimentos de economia solidária na comunidade*

É importante citar esses empreendimentos pois estão interligados. Todos surgem em um contexto de luta por direitos básicos e melhores condições de vida e que as mulheres que protagonizaram sua criação não possuíam nenhum conhecimento sobre a economia solidária na época. A UNIVENS é uma cooperativa de costureiras fundada em 1996 por mulheres da comunidade que não estavam conseguindo se encaixar no mercado de trabalho. Com o crescimento da cooperativa é criada, em 2007, a creche Nova Geração, para suprir a necessidade das mães trabalhadoras. A partir dos princípios que guiam a UNIVENS, e da curiosidade e militância de alguns de seus membros, conhecimentos sobre sustentabilidade e economia solidária vão sendo agregados dando origem a Justa Trama, em 2011, uma cadeia nacional de produção de roupas orgânicas.

A UNIVENS, a Justa Trama e agora o Banco Comunitário Justa Troca funcionam no mesmo complexo e possuem uma profunda ligação ideológica, de espaço físico e de capital humano.

### *O Banco Comunitário Justa Troca*

Com o objetivo geral de promover desenvolvimento social e melhoria da qualidade de vida dos habitantes da Vila Nossa Senhora Aparecida e arredores, o Banco Comunitário Justa Troca teve sua origem com a formação de um grupo mobilizador entre moradores, atuantes política e socialmente na comunidade, e a equipe de professores e estudantes do NEGA (Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa) da UFRGS.

Desse processo, resultou a formalização de uma associação sem fins lucrativos para garantir a personalidade jurídica para o que viria a ser o Banco Comunitário, com atuação na concessão de microcréditos, da elaboração de cursos e oficinas gratuitos e da organização de feiras e eventos de integração comunitária.

A fim de fomentar a circulação interna de capital, foi criada uma moeda social: o Justo, nome escolhido pelos moradores que participaram do processo de idealização do Banco. O Justa Troca começou suas atividades em 2016 operando através de trabalho voluntário e contando com uma agente que cumpria 12 horas semanais. Os recursos do banco eram oriundos de doações e participação em pequenos editais (que limitavam bastante sua atuação por suas especificidades e valores) mas foi em agosto de 2018 com a aprovação do projeto de parceria junto a Nexus Itália, que foi possível a contratação de duas agentes comunitárias com o intuito de ampliar sua esfera de alcance e melhor promover suas atividades. Nos sete primeiros meses desta parceria foram realizados vinte e um empréstimos aumentando a média de empréstimos para três por mês, a oferta de cursos, a promoção de feiras e eventos também foi ampliada.

Para fins deste trabalho optou-se por analisar suas ações a partir da parceria com a Nexus, visto que seu funcionamento anterior era extremamente limitado pela falta de recursos. O banco mantinha-se com doações e a participação em poucos editais, para realizar projetos muito específicos que eram abrangidos pelos mesmos, possuindo pouca autonomia para direcionar as ações às necessidades da comunidade.

No nível das ações comunitárias, o Banco procurou promover ao longo do tempo várias atividades recreativas, sociais, beneficentes e capacitação, além da atividade propriamente dita do Banco, como a realização de empréstimos e circulação de moeda local. Vários cursos gratuitos na área do artesanato e costura, e também voltados para a capacitação em administração para empreendedores e negócios populares foram feitos, com diferentes parcerias, inclusive com a Universidade. Também foram ofertados cursos de caráter recreativo, como danças de salão para adultos e iniciação teatral para jovens.

#### *As atividades do banco*

Com respeito às atividades tipicamente “bancárias” do projeto, é possível perceber um grande salto no número e no volume de empréstimos a partir da parceria com a NEXUS. O projeto aportou fundos para lastrear a emissão da moeda e para ofertar empréstimos, além de custear as despesas operacionais de manter duas pessoas empregadas com jornada de 20 horas semanais e compras de equipamentos e utensílios necessários ao funcionamento do Banco.

Pode-se observar um crescimento na concessão de empréstimos conforme o trabalho das agentes vai sendo desenvolvido. De outubro de 2018 a dezembro de 2019 foram concedidos cento e dezenove empréstimos que representam um montante de R\$ 33.650,00. O valor destinado para o fundo de empréstimos na primeira redação do projeto de parceria com a Nexus totalizava R\$ 168.000,00.

O Banco operava inicialmente com duas linhas de crédito. O crédito produtivo está ligado diretamente ao objetivo do banco de auxiliar empreendedores locais, assim como as capacitações que possuíam, a princípio, este mesmo enfoque. Essa linha de crédito pode ser ofertada tanto em justos quanto em reais e objetiva auxiliar o empreendedor a comprar seus insumos para produzir,

quando oferecida em reais é cobrada uma taxa de 1%a.m (juros simples) inexistente nos empréstimos concedidos em justos. A linha de consumo volta-se para a movimentação dos circuitos econômicos locais sendo oferecida exclusivamente em justos e sem nenhuma cobrança de juros no pagamento em dia.

Em 2019, foi aberta uma nova linha de crédito destinada a reformas diante da demanda de clientes do banco e dos próprios membros da associação como um ótimo facilitador para a melhoria das condições de vida dos moradores da comunidade. Da mesma forma surge a linha denominada “parcela única”, feita para quitar contas no prazo impedindo a cobrança de juros e devendo ser pago no mesmo mês de sua retirada. Ambas foram inspiradas em linhas ofertadas pelo banco Palmas.

Dede sua implementação há predominância da linha destinada a reformas, tanto em quantidade de empréstimos concedidos quanto no montante, mas neste último sua prevalência seja a quase 50% do total concedido.

Quanto ao tipo de moeda, os empréstimos em justo representam apenas 8% do total do montante concedido no período. O índice de adimplência é de 65% no período, sendo que 7% consta como “sem informação” pois até o término do período de coleta de dados estavam em negociação, restando 29% como inadimplente. Essa análise foi feita baseada no total de empréstimos concedidos, porém é importante fazer uma análise mais aprofundada desta informação: foram concedidos cento e dezenove empréstimos no período, para um total de sessenta e oito pessoas, das quais trinta e três pegaram empréstimo apenas uma vez, nesse grupo é onde há a maior inadimplência, aproximadamente 58%, analisando o número de operações. A soma total dos valores retirados por inadimplentes no primeiro empréstimo é de R\$ 3.800, ignorando a distinção quando tomados em justo retirados por 19 pessoas.

Um dado importante para ser pensado, ao analisar a inadimplência não baseada no número de empréstimos concedidos, mas sim pelo número de tomadores, dos sessenta e oito tomadores de empréstimo do período 50% estão inadimplentes, isso na visão mais otimista possível, considerando os sete empréstimos em negociação como quitados. Essa diferença nos números se deve ao regime progressivo dos empréstimos. Ao fazer a averiguação com base em valores os que ainda estavam sendo negociados no término do período de coleta somam R\$ 3.500,00, os quitados R\$ 19.200,00, sendo o saldo não pago de, no máximo, R\$ 7.800,00. Como são considerados inadimplentes aqueles que possuem mais de três meses de atraso em alguma parcela, para fins deste trabalho considerou-se esse atraso na primeira parcela pois não foram fornecidos os recibos de pagamentos. Um último ponto a ser analisado referente aos empréstimos trata da moeda social. Dos R\$ 33.650,00 disponibilizados pelo banco em empréstimos apenas 2.550,00 foram em Justo.

O conjunto dos dados levantados aponta que o projeto conseguiu alcançar números bastante expressivos em termos absolutos, e também uma diversificação das linhas de crédito, ainda que não tenha atingido pessoas menos próximas à dinâmica do banco e dos empreendimentos de economia solidária que já existiam no local, além de não ter feito circular um percentual mais expressivo de todo fundo para empréstimos que estava disponível. É preciso destacar a inadimplência alta que precisa ser resolvida para garantir a sustentabilidade do fundo. A circulação da moeda foi tímida e não passava do recebimento nos estabelecimentos comerciais, com posterior troca por reais no Banco, o que pode comprometer a capacidade central atribuída

aos Bancos Comunitários em geral, de fomentar uma satisfação de necessidades em comunidades empobrecidas, a partir de um circulante local que explore toda potencialidade produtiva das pessoas.

#### *Análise dos dados*

Nesta seção apresentamos a análise do engajamento das pessoas da comunidade com o projeto do banco. Todas evidências da pesquisa, até aqui apresentadas, somadas às diversas entrevistas e observações, bem como a triangulação entre todas essas fontes, permitiram a formulação das categorias a seguir apresentadas.

#### Comunicação

Em reunião de planejamento realizada no fim de 2018, já com as novas agentes contratadas a partir do projeto Nexus, levantou-se, entre outras, a questão da comunicação com os moradores e a possibilidade da terminologia “banco” ser um agravante no distanciamento entre a entidade e a comunidade, pois traria desconfiança aos moradores. Diversas discussões e tentativas foram feitas na busca do aprimoramento na comunicação, testando-se tanto canais quanto linguagens diferentes, mesmo que sem se distanciar muito dos métodos já habituais, porém não foram percebidas mudanças neste sentido.

As agentes reiteram essa questão com alguma frequência nas reuniões, mas ela está ainda mais presente nas conversas internas, durante a realização das atividades e nas entrevistas. Especialmente a agente responsável pela mobilização da comunidade que conta, em mais de um momento, sobre a não fixação da informação e o desinteresse do ouvinte. Aponta sua frustração acerca das visitas nas casas, falar com as mesmas pessoas e seguidamente receber a resposta de que nunca ouviram falar do banco, que não sabiam de sua existência. Tal relato é confirmado nas entrevistas, especialmente quando o analisado é a compreensão e interesse nas atividades do banco.

Muitas das propostas trazidas pelas agentes não eram consideradas. Apenas uma das voluntárias, atual presidente da associação e ingressante recente, participou de algumas divulgações juntamente com a agente e a pesquisadora. Ainda assim, a parte essencial para a mudança de comportamento, que seria uma discussão sobre as formas de linguagem e a padronização das abordagens, com o desenvolvimento de uma logística para elas, jamais aconteceu.

Problemas na comunicação são inerentes a coletivos de pessoas. Especialmente quando há bastante diversidade entre estes indivíduos. Mas este tema não deixa de ser extremamente importante por ser rotineiro, talvez parte de sua importância resida exatamente neste fato, pois o emaranhado de questões que cercam e geram essas falhas na comunicação são diversos e interligados e exatamente por isso esta é uma questão estudada por tantas disciplinas, mais de cinquenta de acordo com F. Valbuena (apud ANTONELLO, 2010)

A questão da comunicação está diretamente ligada ao engajamento em ações coletivas. O que parece faltar na percepção dos membros da associação é que essa falha na comunicação não se dá apenas nos canais escolhidos, ou na mensagem que deve ser passada para a comunidade, para incentivar a participação dos moradores nas ações promovidas pelo banco e a engajarem-se na promoção e realização destas atividades.

Para Zarifian (apud ANTONELLO 2010) comunicar-se é: (a) principalmente construir um entendimento recíproco e bases de compromisso que se tornarão a garantia do sucesso das ações desenvolvidas em conjunto; (b) entender os problemas e as obrigações dos outros e sua interdependência, a complementaridade e a solidariedade destas ações; (c) conseguir entender a si mesmo e conseguir avaliar os efeitos de sua própria ação sobre os outros; e (d) chegar a um acordo referente às implicações e aos objetivos de ação aceitos e assumidos em conjunto, quanto às regras que nortearão estas ações.

A unidade necessária a uma associação comunitária não parece ser forte o bastante na ACONVI e uma grande razão para isso são falhas na comunicação, as quais comprometem a percepção do papel de cada um dentro da associação, as causas com quais estão comprometidos, as ações que deveriam estar tomando e quais as consequências esperadas destas ações. Isto tudo gera uma sensação de inadequação, falta de efetividade e vai comprometendo a sensação de pertencimento e reconhecimento, tão necessários para a motivação e para o engajamento que o banco necessita.

#### A Comunidade e a motivação

Há baixa rotatividade populacional na comunidade, fator que contribui, em tese, para motivar os moradores a engajarem-se em atividades que visem o desenvolvimento local.

Alguns dos projetos escritos pelas agentes do banco para editais com intuito de captar recursos visavam justamente ações de maior visibilidade para os moradores, como a construção de uma praça com equipamentos de ginástica ao ar livre e a realização de mutirões de revitalização em algumas ruas da comunidade. Estas ações não eram o foco do banco, mas havia o entendimento de que também seria “missão” da associação promover esse tipo de atividade.

Outro ponto importante a se salientar quanto a comunidade são as desigualdades internas. Ao se observar as ruas no entorno do banco pode-se perceber com clareza a grande desigualdade socioeconômica presente na comunidade. É justamente nesta parte mais vulnerável da comunidade que o banco, até então, não estava conseguindo chegar, quadro que vem aos poucos se modificando através da nova presidente da associação, moradora da Chimarrão e militante conhecida desta região. Foi também nesta parte da comunidade que foram apontadas as maiores desconfianças com relação ao banco, muito por não entender seu funcionamento, muito por não acreditar em ações em busca do bem comum sem interesses pessoais encobertos.

A percepção da realidade é individual e moldada por diversos fatores como experiências, relações... (ROBBINS, 2002; FRITZEN, 2001; MINICUCCI, 2001) portanto essa disparidade entre membros da mesma comunidade afeta diretamente a percepção deles sobre a importância das atividades do banco, até porque, de forma mais direta, as próprias necessidades destes grupos distintos é também muito diferente. O entendimento de identificação e de sensação de pertencimento, abordados anteriormente como pontos determinantes para o engajamento também são diretamente afetados por essa disparidade e falta de representatividade na associação.

#### Liderança e questões de gestão interna

Outro ponto levantado foi que as poucas lideranças atuantes no local já tinham mais idade, estavam cansadas, e não havia a perspectiva, no curto prazo, de uma renovação. Essa questão

também pode ser percebida nas últimas eleições para associação pela dificuldade de encontrar interessados para preencher os cargos.

Há também a questão da pessoalização da entidade. Como já foi dito, a grande idealizadora do banco é uma liderança muito conhecida na comunidade e esteve/está ligada a muitas lutas e conquistas locais, interagindo de forma ativa com muitos moradores, desenvolvendo relações, e como toda relação interpessoal elas possuem aspectos positivos e negativos. Porém, por ser uma figura muito mais conhecida que o banco em si, muito de sua personalidade parece ser estendida ao banco na percepção de alguns moradores, que compreendem o banco como uma extensão das ações e orientações ideológicas desta liderança. Aspectos pessoais com essa liderança chegaram a aparecer nas entrevistas como fator excludente do desejo de saber mais sobre a associação ou envolver-se com ela.

Essa questão deve ser analisada por dois ângulos, um bem específico, ligado tanto a trajetória de vida e personalidade da idealizadora do banco JT, ao momento histórico vivido e as desconfianças alimentadas contra este partido em específico e as falhas na comunicação especialmente nesta região da comunidade, que também é reflexo das grandes diferenças socioeconômicas dentro da própria comunidade, que acabam gerando estratificação; e outro mais geral ligado a perfis de lideranças.

#### Aspectos relacionais

O primeiro ponto é reflexo especialmente das situações já abordadas, acerca das falhas na comunicação, das formas de gestão e do tipo de liderança, todos esses fatores resultam na falta de identidade do banco levando-o a não ser reconhecido como uma entidade independente.

O outro aspecto é um pouco mais complexo pois envolve tanto a natureza dessas entidades como o contexto nas quais elas foram criadas. As experiências positivas vividas anteriormente por este grupo motivaram a criação do banco, porém parecem ter deixado passar algumas diferenças fundamentais.

Um banco comunitário, como possui o objetivo de desenvolver, exige um nível de engajamento comunitário maior que a maioria de outras iniciativas de geração de trabalho e renda, que no geral precisam de um esforço maior para sua criação. Como entidade concebida com objetivos abrangentes não há como atingi-los contando com o mesmo tipo de relação presente nos outros empreendimentos. Não há a contratação (independente da forma de vínculo) de colaboradores para a produção de um bem e sua comercialização. O “bem” em questão é a qualidade de vida dos moradores de uma comunidade e ele não é algo que possa ser produzido dentro de um grupo fechado e posteriormente comercializado (ou distribuído).

A relação entre o NEGA e o JT foi mudando de parceria para uma consultoria gratuita, um apoio. Contudo, o distanciamento vem sendo gradual ainda com alguns passos na tentativa de não deixar que os laços fiquem tão empobrecidos. Além das questões de relação com parcerias externas, é preciso também avaliar a organização interna do Banco e a gestão do projeto externo que viabilizou a emissão da moeda local, o que é feito na seção seguinte.

Questões estruturais e o projeto da Nexus – as consequências das limitações trazidas anteriormente

O objetivo central do banco no momento de sua criação era fomentar os circuitos econômicos locais gerando desenvolvimento econômico e social através da melhoria da qualidade de vida dos atores locais. Este objetivo era perseguido baseado em um tripé que envolvia a moeda local, os empréstimos a baixo custo e cursos técnicos/profissionalizantes juntamente com acompanhamento e aconselhamento dos empreendedores.

Como as linhas de crédito são progressivas, após pagar o primeiro empréstimo, poderia retirar um de maior valor, para poder ir expandindo seu negócio. Além disso, como os empréstimos em justos não possuem juros seria dada a preferência, sempre que possível, para essa moeda e assim alimentar o comércio local. A outra linha de crédito intitulada consumo teria como objetivo principal suprir as necessidades do tomador e fomentar a economia local, sendo oferecido exclusivamente em justo.

Esse distanciamento do projeto inicial pode ser um dos influenciadores na baixa consistência na participação e engajamento dos atores locais com o banco, em parte por dificultar a compreensão dos objetivos e ações do banco. A questão do engajamento e participação não era levantada apenas em reuniões da associação, sendo ponto central também da parceria com a Nexus.

A primeira versão do relatório trimestral de prestação de contas foi devolvida para ser refeita inúmeras vezes, já que os indicadores das ações e metas não haviam sido informados à agente responsável por sua elaboração, demandando significativo retrabalho e atenção da Nexus, que chegou a fazer uma visita in loco para poder aferir melhor os dados e conhecer a dinâmica real de funcionamento do banco e do projeto financiado.

Uma revisão do projeto inicial foi elaborada ao final de 2019 pois a verba acordada não fora totalmente utilizada, o montante destinado para cada categoria foi revisto e o planejamento para 2020 foi feito contando com o restante desses recursos não utilizados. Essa proposta foi ainda mais objetiva que a primeira, retomando os objetivos iniciais, mas agora ainda mais específica, com indicadores, estipulando a necessidade de sistemas de controle e estruturação de um plano de ação objetivo, ela estipula a verba que será destinada para cada curso, com o total de horas e especifica quais itens serão adquiridos para o banco, além da estruturação de um plano de trabalho para as agentes.

#### Síntese sobre os motivos de baixo engajamento

É importante lembrar que os elementos basilares do engajamento segundo os teóricos aqui estudados, como o comprometimento, a constância e a identificação, encontram barreiras difíceis ao se confrontarem com a falta de sistemas básicos que pudessem demonstrar o resultado de suas ações, quais os pontos sensíveis a serem trabalhados, quais ações foram mais efetivas, qual o papel de cada ator envolvido, quais são as tarefas a serem realizadas e qual o objetivo de cada uma dessas tarefas, e qual a melhor forma de realizá-la quando possível.

A ausência de sistemas que fizessem emergir esses elementos de avaliação, e a própria existência de um modo organizativo horizontal e aberto para avaliar esses elementos, centraliza ainda mais o poder de decisão, desmotiva os participantes, dificulta a prestação de contas em financiamentos externos e termina prejudicando as relações com outras entidades importantes para apoio e financiamento do projeto.

Como decorrência da presença desses quatro elementos que minam a possibilidade de engajamento com o projeto, pode-se afirmar, respondendo ao problema de pesquisa proposto, que é baixo o engajamento tanto dos associados e agentes contratados pelo banco, quanto da própria comunidade. Tal condição coloca em risco, como já foi salientado, a sustentabilidade tanto econômica quanto política do projeto. A sustentação financeira externa tem prazo para ser finalizada, e as relações descritas no trabalho entre o banco e a organização financiadora não apontam para a possibilidade de renovação de convênio no mesmo formato. Do ponto de vista político, a ausência de engajamento e identificação da comunidade com o projeto também fragilizam as suas perspectivas de continuidade.

Espera-se com esta pesquisa que possa haver uma reflexão cuidadosa do projeto, que tem grande potencial e relevância, mas que precisa rever seus processos de organização para alcançar seus objetivos.

### *Considerações finais*

Este trabalho apresentou por problema de pesquisa avaliar o engajamento dos atores da comunidade da Vila Nossa Senhora Aparecida com o Banco Comunitário de Desenvolvimento Justa Troca. Para se alcançar esse objetivo, foi realizada uma pesquisa exploratória, de caráter qualitativo, com duração de um ano, baseada em entrevistas, pesquisa documental e observação participante e os resultados apontaram não só para um baixo engajamento como também uma baixa participação nas atividades centrais do banco, além de poucos sistemas de controle para se avaliar de forma efetiva os impactos do banco na comunidade, além de um índice de inadimplência superior ao da maioria dos bancos comunitários.

Com a apresentação do histórico da comunidade, pode-se concluir que o problema não está nos atores locais, situação apontada frequentemente em reuniões da associação. A comunidade possui um histórico de lutas e de conquistas obtidas através de ações coletivas e organizadas. A avaliação dos impactos do banco na comunidade precisou ocorrer de forma mais subjetiva, através das entrevistas e da observação participante, já que os sistemas de controle do banco não eram aplicados. Este impacto foi considerado baixo perto das possibilidades existentes e da expectativa do próprio projeto com a Nexus.

As quatro limitações apresentadas neste trabalho (a comunicação; as desigualdades da comunidade e a falta de representatividade na associação; os aspectos centralizadores da liderança e as questões relacionais e de gestão interna) são consideradas basilares para o baixo engajamento da comunidade, pois não apresentam as condições previstas de engajamento – que seriam a participação continuada ou duradoura das pessoas no projeto e o compartilhamento de valores do banco. Elas foram apresentadas com suas interligações e consequências através da análise das dinâmicas com os representantes da Nexus e as alterações no projeto inicial, além de breve avaliação das dinâmicas com o NEGA.

Espera-se que este trabalho contribua para a discussão acadêmica dos BCD, mas que também seja tomado como objeto de autoavaliação por parte da associação, para que os nobres e importantes objetivos do projeto do BCD possam ser alcançados e colaborar na mitigação dos problemas

sociais

da

comunidade.

É evidente que um estudo de caso apresenta limitações para o entendimento do fenômeno como um todo. Dificuldades circunstanciais como a depressão econômica que já se dava no momento da pesquisa, assim como a posterior pandemia são variáveis importantes para serem consideradas em outros estudos.

Ressalte-se, por fim, a convicção da equipe de pesquisa na validade da experiência comunitária dos bancos locais, e que a crítica construída no trabalho não procura invalidá-la. Pelo contrário, acreditamos na contribuição da avaliação crítica e científica da experiência, para além das colaborações militantes feitas ao longo da pesquisa, como forma de potencializá-la.

### *Referências*

ARRUDA, Marcos. [12/1996, revisto em 99], Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. Conferência sobre Globalização e Cidadania, organizado pelo Instituto de pesquisa da ONU para o desenvolvimento social: uma visão a partir do Sul. Petrópolis: Vozes, 2000a.

\_\_\_\_\_. BARONE; SADER, E. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. Revista de Administração Pública, v. 42, n. 6, p. 1249-1267, 2008.

BECKER, Howard S. Notes on the concept of commitment. The American Journal of Sociology, v. 66, n. 1, p. 32-40, jul. 1960

BORDENAVE, Juan E. Diaz O que é participação Ed brasiliense 1992

BRAGA, M. B.; TONETO JÚNIOR, R. Microcrédito: aspectos teóricos e experiências. Análise Econômica, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 69-86, mar. 2000

CALDANA, Adriana Cristina Ferreira and FIGUEIREDO, Marco Antonio de Castro O Voluntariado em questão: a subjetividade permitida. Psicol. cienc. prof., 2008, vol.28, no.3, p.466-479. ISSN 1414-9893

CARVALHO, Carlos E.; ABRAMOVAY, Ricardo. Diagnóstico da oferta e da demanda de serviços financeiros. In: SANTOS, Carlos Alberto et al. (Orgs.). O sistema financeiro e as micro e pequenas empresas: diagnósticos e perspectivas. Cap. 1. Brasília: Sebrae, 2004

CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

DIANI, Mario; MCADAM, Doug (Eds.). Social movements and networks: relational approaches to collective action. Oxford: Oxford University Press, 2003.

FLACH, L.; ANTONELLO, C. S. A teoria sobre Aprendizagem Informal e suas implicações nas organizações. *GESTÃO.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, v. 8, n. 2, p. 193-208, 2010.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho: A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? *Cadernos EBAPE.BR* 2013

\_\_\_\_\_. A Economia Popular e Solidária no Brasil. In FRANÇA FILHO, G. C. et alli. *Ação pública e Economia Solidária: uma Perspectiva Internacional*. Por Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2006.

\_\_\_\_\_. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. *Revista Civitas*, Porto Alegre, v. 7 n. 1 jan.-jun. 2007a p. 155-174.

\_\_\_\_\_; DZIMIRA, S. Economia solidária e dádiva. *Revista Organizações & Sociedade*, Salvador, Escola de Administração/Ufba, v. 6, n. 14, jan.-abr. 1999.

\_\_\_\_\_; DURAN PASSOS, Ó. A. V. Microfinanças, Microcrédito e Comércio Justo”, In: *Gestão do Desenvolvimento e Cultura*, material didático, Universidade Corporativa Banco do Brasil, 2008.

\_\_\_\_\_; LAVILLE, Jean-Louis. A economia solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_; LAVILLE, Jean-Louis. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? *Cad. EBAPE.BR vol.2 no.1 Rio de Janeiro Mar. 2004*

\_\_\_\_\_; SILVA JUNIOR, J. Torres. Bancos Comunitários de Desenvolvimento In: CATTANI, Antonio et alli. *Dicionário internacional da outra economia*. 1 ed., Coimbra: Edições Almedina, 2009, v.1, p. 31-36.

JAROS, Stephen J., JERMIER, John M., KOEHLER, Jerry W., SINCICH, Terry *The Academy of Management Journal* Vol. 36, nº 5 (outubro de 1993), p. 951- 995, DOI: 10.2307 / 256642

JAYO, M.; POZZEBON, M.; DINIZ, E. H. Microcredit and innovative local development in Fortaleza, Brazil: the case of Banco Palmas. *Canadian Journal of Regional Science: Canadian*. V. 6, edição 1, 115p.

MACEY, William H., SCHNEIDER, Benjamin, *The Meaning of Employee Engagement Industrial and Organizational Psychology*, 1 (2008)

MEDEIROS, C. A. F.; ALBUQUERQUE, L. G.; SIQUEIRA, M. e MARQUES, G.M. *Comprometimento organizacional: o estado da arte da pesquisa no Brasil*. In: ENANPAD 2002, Salvador. Anais do 26o Encontro da Anpad – Organizações / Comportamento Organizacional - CD-ROM, 2002

NESPOLO, Nelsa Inês Fabian. *Tramando certezas e esperança*, 1ed. São Leopoldo: Oikos LTDA 2014

NÚCLEO DE ESTUDOS EM GESTÃO ALTERNATIVA (NEGA). A construção dos bancos comunitários de desenvolvimento em Porto Alegre. O banco comunitário Justa Troca. Porto Alegre: UFRGS, 2017. Documento eletrônico.

OLIVEIRA, N. D. A.; SILVA, T. N. Inovação social e tecnologias sociais sustentáveis em relacionamentos intercooperativos: um estudo exploratório no CREDITAG-RO. Revista de Administração da UFSM, Santa Maria, RS, v. 5, n. 2, p. 277-295, maio/ago. 2012

PASSOS, Elizete. Ética e psicologia: teoria e prática. Vetor 2007 SP

PASSY, Florence. L'action altruiste: contraintes et opportunités de l'engagement dans les mouvements sociaux. Genève: Librairie Dorz, 1998.

RIGO, A. S. Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: aplicações e implicações, teóricas e práticas. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

\_\_\_\_\_; CANÇADO, Airton Cardoso. Gestão social e construção de espaços públicos: reflexões a partir da rede brasileira de bancos comunitários. In: Administração Pública e Gestão Social. Número 7 (1), 2015, p.37-44.

\_\_\_\_\_; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de O paradoxo das Palmas: análise do (des)uso da moeda social no "bairro da economia solidária". Cad. EBAPE.BR, Mar 2017, vol.15, no.1, p.169-193. ISSN 1679-3951

SAWICKI, Frédéric; SIMÉANT, Johanna. Inventário da sociologia do engajamento militante: nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. Sociologias, v. 13, n. 28, p. 200255, 2011

LAVILLE, Jean-Louis (Orgs.). Socioéconomie et démocratie: l'actualité de Karl Polanyi. Toulouse, França: Éres, 2013. p. 187 a -213, 2013.

MARX, Karl. A ideologia alemã. São Paulo: Martin Claret, 2006.

SINGER, Paul, MACHADO, João Economia socialista 2000b ed Fundação Perseu Abramo.

\_\_\_\_\_. Introdução à economia solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_; SOUZA, A. R. (orgs). A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, Jessé. A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte:UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006

ZOUAIN, D.; BARONE, F. M. Excertos sobre política pública de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: o microcrédito na era FHC. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, v.41, n.2, p. 369- 80, mar.- abr./2007.